

A BUSCA POR UMA “CIDADE CERTA”: PROCESSOS REGULADORES E HOMOGENEIZANTES NA CIDADE DO SALVADOR (1940 - 1950) ¹

Daiane Santana Santos²

Artigo recebido em: 01/04/2017

Artigo aceito em: 13/07/2017

RESUMO:

O presente artigo analisa as estratégias de normatização do corpo, baseado nas intervenções e ações do discurso higienista, disciplinador imerso ao desejo de uma ordem urbana para a cidade do Salvador entre as décadas de 1940-1950. Através da problematização das fontes como: Código de Posturas e os escritos realizados pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), confrontando-os, com as fotografias do livro/álbum Retratos da Bahia (1990) de Pierre Verger. Metodologicamente percebe-se as fotografias como pontos de inflexões, permitindo discutir teoricamente mediante as perspectivas de Georges Bataille, Michel de Certeau e Michel Foucault a mobilidade destes sujeitos infames dentro do lugar de poder, rompendo por instantes as normas institucionais estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Normatização; Cotidiano; Fotografia; Práticas.

ABSTRACT:

¹ O presente texto corresponde ao segundo capítulo do trabalho de conclusão de curso intitulado “O corpo em transe na cidade do Salvador: fotografias de Pierre Verger (1940-1950)” defendido na Universidade do Estado da Bahia – Campus IV - UNEB - (2015).

² Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – Campus IV - UNEB - (2015). Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFPG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3904499997839003>.

The present article analyzes the strategies of normalization of the body, based on the interventions and actions of the hygienist discourse, disciplinary immersed in the desire of an urban order for the city of Salvador between the decades of 1940-1950. Through the problematization of sources such as: Code of Postures and the writings carried out by the City Planning Office of the City of Salvador (EPUCS), confronting them with the photographs of the book / album *Retratos da Bahia* (1990) de Pierre Verger. Methodologically the photographs are perceived as points of inflection, allowing to theoretically discuss through the perspectives of Georges Bataille, Michel de Certeau and Michel Foucault the mobility of these infamous subjects within the place of power, breaking for instants established institutional norms.

KEYWORDS: Town; Normalization; Daily; Photography; Practices.

* * *

Introdução

A cidade tem sido ao longo dos tempos “locus de poder”, em que a regulamentação da vida e das práticas sociais dos habitantes não é elemento exclusivo da modernidade ou dos aspectos contemporâneos, uma vez que os dispositivos institucionais sejam eles, normatizadores, disciplinadores ou controladores sempre estiveram presentes em nossa sociedade. Entretanto estes dispositivos exprimiram, em cada época, múltiplas facetas, reinventando-se perante os interesses, diante de perspectivas de discursos estéticos e científicos para se afirmarem, pois “a materialidade do poder se exerce sobre o próprio corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p.146), objetivando gerir o desviante, os transgressores, que não se enquadravam em padrões estabelecidos.

Para Foucault, o corpo é conceituado como “superfície de inscrição dos acontecimentos”, o qual passou a agregar características diferentes a partir do século XVIII, seguindo esse pensamento, inicia-se uma generalização dos problemas, começa-se a aplicar saberes e estabelecer aparelhos de poder para intervir, manipular e chegar às desejadas resoluções. Esses conjuntos de mecanismos que antes atuavam

sobre o “homem-corpo”, passaram a concentrar-se no “homem ser vivo”, neste momento identificou-se a concentração do “poder sobre a vida”, sob as formas de procedimentos e mecanismos disciplinares que mais tarde se denomina de biopolítica da população assumindo os processos de intervenções:

A biopolítica leva em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação, a implantação de um regime de seguridade: a preocupação com as relações entre a espécie humana com seu meio de existência. (BATISTA, 2013, p.143)

De modo que, se desenvolveu um controle que não se estabeleceu simplesmente pela consciência ou ideologia, mas sim no corpo com o corpo, uma vez que “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1979, p.46). Diante disso, é notório perceber a partir do século XIX que as relações de poder passou a investir nos processos vitais da população, através de procedimentos massificantes, para os quais era determinante “gerir o corpo social, como corpo que trabalha, tornando-o dócil politicamente e útil economicamente” (FERAZ; FRANÇA, 2012 p.99), investindo em mecanismos de “melhoramentos” do corpo e suas condições de vida.

No intuito de possuir indivíduos saudáveis, livre de doenças, a cidade republicana devia se manter livre dos “microrganismos” ruins, e as graves punições corporais antes existentes na monarquia, abriram espaço para métodos de assepsia³ sem compreendê-las em termos de substituição, mas sim como mecanismos essenciais. Para suprir o desejo de “gerir o corpo social”, uma das táticas governamentais desenvolvidas foram técnicas e disciplinas ligadas às ciências comportamentais, dentre elas o urbanismo.

Denominado a “ciência das cidades”, o urbanismo assumiu o papel de pensá-la e sanar as questões de higiene, vigilância e circulação, com o intuito de

³ Conjunto de meios (esp. físicos) para impedir a entrada de germes patogênicos no organismo e prevenir infecções.

corrigir a “cidade errada”, eliminando tudo que a infectava. Deste modo, as intervenções no corpo da cidade e as relações de poder instituídas serão estratégicas, “ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 1998, p. 102).

De modo que as elites republicanas entediavam os modelos estéticos do continente europeu como essências para retirar das capitais brasileiras o ar obsoleto presente nas cidades, becos e vielas. Destarte ao analisar os percursos seguidos pelos pesquisadores da recente história urbana no Brasil, Ana Fernandes e Marco Aurélio⁴ identificaram como tema de maior ênfase entre estes, os processos de modernização urbana, sobretudo na virada do século XX, período que assistiu as mudanças e transformações, como a desconstrução dos aspectos coloniais da cidade e a sua reestruturação a base do estigma “ordem e progresso”. E no que se refere às mudanças acumuladas nas cidades brasileiras, inicialmente concentraram-se nas transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, São Paulo e em seguida Salvador e Recife⁵.

Assim, ao pesquisar as práticas urbanas em sua obra “Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador) ⁶”, Eloísa Pinheiro traçou as estratégias urbanísticas realizadas durante os processos de modernização

⁴ No artigo “A Pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões”, os autores se debruçam sobre 118 trabalhos apresentados entre 1989 e 2001 nos encontros bianuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), um dos principais fóruns de discussão e difusão dessa produção.

⁵ As cidades brasileiras se tornaram palco de análise em todo cenário nacional. A historiografia urbana possui trabalhos extremamente relevantes para a compreensão do processo de modernização, higienização e disciplinadores dos espaços urbanos. Dentre os quais destaque: ARRAYS, Raimundo Pereira Alencar. Recife, Cultura, Conflitos e Identidades: A participação das camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911. Dissertação; UFPE: Recife, 1995. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. PESAVENTO, Sandra Jatthy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre. EDUFURGS, 2002. SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

⁶ Nesta obra a autora debate a difusão do processo de modernização, refletindo como se constituiu a prática urbanística brasileira, suas influências e as relações existentes entre as reformas em Paris no século XIX e no Rio de Janeiro e Salvador no século XX.

nas cidades, refletindo sobre as influências da reforma francesa. Então, percebeu o desenrolar de uma nova forma de pensar e intervir na área urbana, afirmando que por todo “o século XIX e princípios do século XX, são introduzidas mudanças importantes na estrutura das cidades, gerando a necessidade de reformas urbanas, para adaptação a novas realidades” (PINHEIRO, 2011, p.25).

Por outro lado, Drummond ao analisar as ideias de Georges Bataille, mostrou uma perspectiva diferente das reformas urbanas como por exemplo, o desejo de uma estética homogênea que não se concretizou, pois as formas se modificam, se renovam e desaparecem, o heterológico ameaça constantemente o que se deseja manter estético. Nesse sentido:

No obscuro mundo heterológico, o sonho transforma-se em pesadelo e o estranho assume sua face perversa como o horror absoluto, disseminado em práticas dispersas na banalidade do cotidiano. O conjunto desses fenômenos impuros e heterogêneos produzia, por sua vez, no confronto com as forças homogeneizadoras da vida e dos indivíduos, formas singulares, informes e heterológicas. (DRUMMOND, 2015, p.206)

Assim, é nesse espaço o qual se destina as palavras presente nas práticas analisadas neste trabalho, as quais pairam dispersas na banalidade do cotidiano, confrontando as forças homogêneas impostas à vida destes indivíduos que diariamente produzem formas singulares de viver. A pesquisadora Eloísa Pinheiro, segue uma via importantíssima, investigando os efeitos das reformas empreendidos pelas gestões governistas, entretanto a autora deixou escapar as zonas sombrias indefinidas, lugar onde os sujeitos infames construía sua mobilidade.

Este contexto de idealização do moderno perante o progresso representava a noção de civilização repleta de valores presentes na cidade do Salvador, marcada pelas frustrações da perda do posto de capital brasileira e por seu espaço urbano ainda vivenciar resquícios do pós-abolição. Por conseguinte, os mecanismos de controle social para combater os “ociosos” permaneciam, tendo como justificativa os discursos higienistas e sanitaristas, fazendo com que:

(...) a nova burguesia emergente e as autoridades públicas a idealizarem uma cidade regular, higiênica, funcional, fluida, homogênea, equilibrada,

sincronizada e bem administrada, argumenta-se a necessidade de intervir na cidade, mudando a estrutura colonial, para atender às novas necessidades, e de mudar a aparência da cidade, com a introdução de uma nova estética. (PINHEIRO, 2011, p. 214)

Nesse sentido, observa-se a existência do desejo de civilizar, no qual advogavam pela ideologia de que o espaço urbano deveria adequar-se as necessidades para obter o corpo da cidade fluído, salubre. Assim, identifica-se o momento em que “o poder político acabava de assumir a tarefa de gerir a vida, pois era na disciplina dos corpos e nas regulamentações da população que o poder estabelece seus pontos de fixação” (FOUCAULT, 1988, p.131).

Dessa forma, com a finalidade de combater os “hábitos ruins” desses corpos ociosos, os quais circulavam por toda a parte da cidade, médicos, urbanistas e engenheiros que administravam e governavam Salvador, estavam imbuídos na propagação de uma pedagogia social. Havia a necessidade de adaptar-se a um sistema capitalista de produção e modo de vida, ou seja, o uso produtivo do corpo permeado por uma estética que privilegia o belo, o ordenado e o limpo, assim, precisava definir ações estratégicas diante dos “problemas” apresentados na cidade.

Era necessidade “pública” trocar o “velho” pelo “novo”, idealizou-se uma estética moderna, sem medir as consequências, pretensões as quais chegou ao seu apogeu com as ideias progressistas do governador baiano José Joaquim Seabra que governou no período de 1912-1916, implantando reformas remodeladoras da cidade através de demolições. As intervenções seabristas desenvolvidas durante a primeira metade do século XX procurou um disciplinamento do uso e ocupação do espaço. Aspecto o qual pôde ser observado através do fato das suas reformas terem como foco o centro soteropolitano, local densamente povoado por “ex-escravizados”, pessoas “marginais”, migrantes que se amontoavam em quartos coletivos.

Neste primeiro momento, as estratégias urbanísticas de normatização ainda são consideradas tópicas, pois não se pensava a cidade como um todo, mas num

segundo momento em fins de 1930 a 1950, as ações intervencionistas passaram a ganhar justificativas, por meio dos discursos da Semana de Urbanismo de 1935 e posteriormente com a organização do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) em 1943, os quais estão inseridos na nova forma de pensar e interferir no espaço urbano, algo esteticamente mais brando, organizado com objetivo de estabelecer padrões estéticos para modernizar a cidade, pensando-a como conjunto.

Neste aspecto, a cidade se coloca como um local em que as relações de poder estabelecidas refletem na população e nos seus espaços. No período trabalhado, observou-se discursos que impunham o silêncio aos habitantes, por estarem na contramão das políticas disciplinares, ou seja, havia uma censura no intuito de aprisionar os subversivos, os prazeres e expressões corporais, colocando o sujeito como passivo.

Será perante estas emergências dos processos reguladores e homogeneizantes na Cidade do Salvador que se propõe compreender o cenário encontrado por Pierre Verger na década de 1940/50 nas suas fotografias⁷. Lembrando é claro da possibilidade de interpretar a cidade por outro viés, pois concomitante ao fotógrafo, existiam escritores, intelectuais, literatos, geógrafos, arquitetos, urbanistas, todos estes indivíduos possuíam impressões deste espaço e suas relações cotidianas.

O Código de Posturas: Instrumento normativo, gerir através de regras

Normatizar a vida na cidade se concretizou como função fundamental dos gestores municipais que almejavam ordenar as formas de sociabilidades, utilizando as regras de convivência em sociedade para “zelar” pela ordem e bons costumes com o

⁷ As fotografias analisadas pertencem ao livro/álbum *Retratos da Bahia*, 2ª edição, da editora Corrupio, não contém numeração de páginas, apenas as fotografias possui numeração. Desde já, justifico a ausência das imagens fotográficas no corpo do texto, respeitando os direitos autorais (obra e autor). Interessados podem acessar o site da Fundação Pierre Verger, onde suas fotografias se encontram disponíveis. <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/455-salvador.html>.

intuito de impor uma ordem urbana. Os Códigos de Posturas Municipais foram uma das ferramentas de regulamentação mais antigas, utilizadas de acordo com os registros oficiais, desde 1549, concomitantes a criação da Câmara Municipal⁸. A metrópole portuguesa e as elites locais durante o período colonial e imperial já utilizavam as posturas como estratégias de regulamentação. Entretanto:

Esses códigos, em princípio, se constituíam em um corpo reduzido e simples de normas regulatórias da convivência na cidade, contudo tornaram-se cada vez mais complexos, à medida que o crescimento e o desenvolvimento social se iam processando e o sistema político da cidade do Salvador sofria alterações. As deliberações municipais contidas nos Códigos de Posturas obrigavam a população soteropolitana ao cumprimento de deveres de ordem pública, permitindo resgatar, por meio da análise do conteúdo, uma parte significativa do cotidiano da cidade nos séculos XIX e XX. (SÁ, 2010, p.278)

As normas inicialmente foram utilizadas como regras de convivência no intuito de manter a ordem no cotidiano da cidade, eram de âmbito local e detinham o poder de interferência direta na estrutura física da urbe, no seu funcionamento e nas relações pessoais dos habitantes. Com o desenrolar e desenvolvimento urbano, as regras ganhavam complexidade, o que culminou no aumento das parametrizações, existindo normatização para diversas ações com direito a punições, pagamentos em dinheiro e prisões para os infratores.

Entretanto, não se acredita na possibilidade de “resgatar o passado” através do conteúdo existente nas normas, mas os regulamentos das posturas municipais possibilitou a compreensão dos resquícios do cotidiano, as aspirações dos gestores ao tentar combater, montar estratégias de cunho moral e ideológico para seu projeto de modernização. Sob a pretensão de regular a convivência social, as regras foram elaboradas para combater as formas improdutivas que se recusavam ao estabelecido.

⁸ A Câmara Municipal de Salvador foi criada em 13/6/1549, sendo composta do Conselho de Vereança: 2 juizes ordinários, 3 vereadores e 1 procurador.

De tal modo, vendedores ambulantes, trabalhadores informais, prostitutas, lavadeiras, ou seja, homens e mulheres negros e mestiços, “sujos, feios e malvados” eram recriminados por seus devaneios nas práticas de religiões afros, na capoeira, no samba, em festas e arruaças, pois o simples fato de estar em ócio, diversão ou em profundo gozo era entendido como fugas do trabalho. Destarte, o código nos proporcionou identificar nas estratégias, as táticas, a mobilidade destes personagens da cidade através das suscetíveis alterações que ocorriam na tentativa de mudar os hábitos praticados, seja no espaço urbano, como também no seu próprio lar.

As “elites letradas” das primeiras décadas do século XX ambicionavam combater qualquer traço que relacionasse a fisionomia da cidade com o semblante do colonial ou de defasagem, e, ao analisar esses instrumentos normativos, visualiza-se para além da “moralização dos costumes, das ações de controle social e da normatização dos espaços, o discurso modernizador higienista procurou empreender ações voltadas para a “desafricanização” dos costumes” (SÁ, 2010, p.282). Os médicos higienistas eram contra as práticas ligadas aos costumes africanos, como a venda de comida em tabuleiros, os temperos, os corantes utilizados, as condições dos alimentos iam de encontro aos códigos sanitários.

A cobiça em reorganizar a família, o trabalho, os costumes destes habitantes, chegou ao seu auge nas décadas de 1910 e 1920 com o modelo disciplinar de José Joaquim Seabra governador baiano nas gestões de 1912-1916 e logo após 1920-1924, o qual estava contaminado pelas políticas modernizadoras de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906) que aspirava “curar as feridas do progresso”. Seabra em seu discurso de posse em 1912 pretendia lutar contra “as chagas do passado colonial”, que persistiam na face da cidade do Salvador, e para isso utilizou-se das condições favoráveis no momento, como por exemplo, suas influências e força política para realizar intervenções nas estruturas urbanas, caracterizado por empreender um “urbanismo demolidor” no intuito de obter uma “nova cidade”.

Determinadas premissas estavam presentes também no pensamento higienista e sanitaristas em âmbito nacional, assim:

Em 1920, a legislação federal realizou as mudanças institucionais que o presidente solicitara. Um novo código sanitário proposto pelo cientista e diretor nacional de Saúde Pública Carlos Chagas permitia que o poder central interviesse nos serviços estaduais de saúde pública. O Nordeste tornou-se o principal alvo da ação federal e a Bahia, em particular, foi bastante afetada pelas políticas nacionais de saúde. (SANTOS, 1998, p.05)

As pretensões higienistas e sanitárias baianas estavam inseridas no projeto civilizatório nacional imerso a ideia de construir um “Estado-Nação” brasileiro. No estado baiano as atuações tomaram diversas proporções, devido os gestores permanecerem em um conservadorismo baseado nos princípios religiosos e moralistas que associavam “pobreza-saúde-promiscuidade-subversão”, criminalizando a pobreza.

Logo, o código sanitário institucionalizado neste momento interferiu diretamente nas disposições e leis municipais. Deste modo, o Código de Posturas Municipais promulgado na cidade do Salvador em 1920⁹, ainda vigente entre a década de 40, será utilizado na busca de compreender determinadas ferramentas estratégicas de normatização do corpo e como estes personagens ordinários reagiram, observando os tipos de “preocupações” que perturbavam a “ordem e a paciência” dos gestores. Perante os registros observados no Arquivo Histórico Municipal de Salvador¹⁰, foram identificados vários livros de posturas municipais, dentre os quais foi escolhido para ser analisado o de 1920, o último aprovado pela Câmara de Vereadores, na gestão do Intendente Epaminondas dos Santos Torres.

O Código de Posturas de 1920¹¹ teve seus dispositivos disciplinares atuantes até os anos 40, na tentativa de coibir os usos e costumes “ruins” que remonta ao passado colonial. A estrutura do código é formada inicialmente por trezentos e nove

⁹ FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Livro de posturas da Intendência Municipal da Bahia (1921-1932). Intendência Municipal da Capital do Estado da Bahia, 27 de setembro de 1921.71p.

¹⁰ Em 1986 passa a ser nominado Arquivo Histórico Municipal de Salvador, integrado à Fundação Gregório de Mattos. Armazena hoje documentos textuais, audiovisuais, iconográficos e cartográficos, produzidos pelas Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Salvador. Rua Chile, 31, térreo, 1º e 5º andares, Centro. CEP: 40.020-000. Salvador.

¹¹ De acordo com o pesquisador Felipe Caldas o Código de Posturas de 1920 passou por revisões em 1921 e 1926 e sofreu atualizações até 1932, mantendo-se vigente até a década de 1940. BATISTA, Felipe Caldas. “Em busca da “cidade civilizada”: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40”. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: 2014.

posturas, dividido em dois títulos, o primeiro com vinte e nove capítulos e o segundo com vinte e oito, sendo que dentre o período de 1921 a 1932 são acrescentadas mais vinte e cinco posturas, chegando ao total de trezentos e vinte e cinco. Nelas estão presentes as mais inusitadas inquietações que incomodavam os gestores municipais, no que refere à ordem urbana.

As apreensões e proibições contidas nestes documentos eram das mais variadas possíveis, iam da regulamentação das espessuras que deveriam ter as paredes das casas, bares e armazéns, a coloração de substâncias alimentícias ou suas embalagens, pesos e medidas, higiene e matrícula das profissões e das casas comerciais, espetáculos em ruas, utilização de fogos, fogueiras, máscaras e confetes, qualidade e venda de todo tipo de gêneros alimentícios, lixo, ventilação, claridade, praga de formigas, tudo em prol ao embelezamento e a estética da cidade. A manutenção da cidade limpa e bela era o foco central, através das normas de edificações e reedificações das construções, passeios, ruas, o combate às ruínas, aos sobrados e porões insalubres, a circulação de animais, entre outros.

Havia toda uma preocupação envolvendo a cenografia, a aparência e estética urbana. Que imagem apresentar? Como mostrar esta cidade? Com animais nas ruas, pessoas “mal vestidas”, sujas, casarões empilhados de gente insalubre, lixo, vendedores ambulantes com seus produtos em cestos, balaios ou jogados no chão, prostitutas, bêbados, vagabundos em ócio? Claramente que não. Analisando o código nota-se que por mais “ingênua” pareça ser a postura, todas possuíam um objetivo estratégico, uma meta a ser cumprida, seja de deslocamento, higienização, homogeneização ou estético, pois para que determinada norma seja estabelecida é necessário que a mesma já exista ou esteja sendo praticada.

Neste aspecto, avalia-se as posturas municipais como um instrumento homogeneizador, e, comungando da teoria presente nos escritos de Georges Bataille ao criticar os processos homogeneizantes dentro do produtivismo da sociedade capitalista, pois de acordo com o escritor francês “as sociedades que se especializaram na produção e consumo de mercadorias, sob a égide de um estado forte, convergiram

para a segurança dos comportamentos enquadrados em formas constantes, repetitivas e ordenadas” (DRUMMOND, 2015, p.205). De tal modo, nota-se que estas normas tinham o intuito de impor, aprisionar os indivíduos em “formas”, enquadrar os comportamentos, padronizar o corpo e o espaço, remetendo as perspectivas de confronto entre as ferramentas homogeneizadoras e as formas singulares dos indivíduos, a partir dos quais se constroem os fenômenos impuros e heterogêneos.

Diante disso ressalta-se o objetivo de regular as relações entre população e espaço, sem considerá-las como “povoados de dessemelhantes ou diferenças, de surpresas, de desordens, de heterogeneidade” (SANTOS NETO, 2012, p.174). O heterogêneo se desloca imerso nas singularidades, para que estas não sejam envolvidas nas armadilhas de captura ao homogêneo. Em vista disso, pode-se identificar que os gestores avaliavam os corpos destes indivíduos pela sua funcionalidade dentro do sistema produtivo, então para isto almejou-se um corpo homogêneo, padronizado, obediente e manso. Por este motivo é que se tentava coagir a escória social a qual povoava as ruas e vielas da cidade, assim como os personagens dos romances de Jorge Amado, nas fotografias e cenas capturadas por Pierre Verger.

Havia assim, um jogo de conveniência envolto deste corpo desviante, em que se pretendia colocá-lo a serviço das vontades institucionais, promovendo deslocamentos, segregação sócio espacial sempre que as autoridades “determinassem” necessárias. Na década de 1920 o distrito da Sé perdeu seu caráter residencial perante as elites, passando a ser ocupada por migrantes, libertos e pobres. Deste modo, como forma de controle da prostituição que alastrava nas ruas da cidade, permeados pela política higienista, tomou-se a decisão de transferir todo o meretrício para uma área da Sé chamada de Maciel, na qual “[...] liberou a prostituição e as atividades paralelas e derivadas que terminou por envolver toda área residencial” (PINHEIRO, 2011, p.186).

A partir do momento que determinada prática extrapolou as intenções das políticas públicas, passou a incomodar e virar alvo novamente, como não se conseguiu deslocar, se instalou em 1930 a Delegacia de Jogos e Costumes. O

discurso midiático embutiu ao centro o lugar dos crimes, dos desvios, local marginalizado, insalubre e foco da maioria das posturas municipais. Na contramão do que estava estabelecido Pierre Verger tinha o centro antigo como um dos lugares prediletos para suas fotografias, seu segundo livro *Centro Histórico de Salvador*¹² é voltado para esse “território livre”, os personagens marginalizados, as habitações coletivas que se tornaram os velhos casarões. Dentre seus personagens estavam as “damas de pouca” virtude, que enquanto corpo da “cidade higiênica”, as elites necessitavam amputar suas partes doentes e segregar seus desejos.

Na fotografia “*Moradoras do Marciel*”¹³, da série de quatro fotos, observa-se a cena em um dos velhos casarões, na primeira entrada identificamos dois homens, um aparenta ter mais idade, e de olhos vidrados para a rua temos uma criança. No segundo vão, encontramos as moradoras do Marciel, área como vimos acima, pertencente ao Distrito da Sé, a qual foi transferida o meretrício, ambas as mulheres de vestidos a olhar a rua, mão na cintura, a segunda com chapéu e pés descalços, se mostrando familiar ao local. Segundo Hieráclito, “o comércio do corpo feminino pelas terras baianas talvez seja tão velho quanto os alicerces da cidade” (FERREIRA FILHO, 2003, p.79) e a contenção do meretrício sempre esteve presente nos projetos políticos, mas determinadas práticas continuavam se perpetuando nas áreas centrais.

A fotografia mostra os vestígios das subversões destas personagens que entre o período fotografado Verger atribuiu a estas “damas de poucas virtudes” como responsáveis pela manutenção do Pelourinho. As práticas de promiscuidade estavam inseridas nos planos de reordenação do espaço urbano, pois a higienização moral precisavam combater os hábitos inversos às medidas de profilaxia social. Assim, foi expressamente condenado na postura 148, “Ninguém poderia dar

¹² VERGER, Pierre. “Centro histórico de Salvador”. Salvador: Corrupio, 1989. Segundo livro de fotografia a ser publicado, especificamente de fotografias do centro histórico de Salvador produzidas no período de 1946-1952.

¹³ VERGER, Pierre. “Moradoras do Marciel”, p.58. In: “Centro histórico de Salvador”. Salvador: Corrupio, 1989. A fotografia pode ser acessada na página da Fundação Pierre Verger em: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/547-rues-scenes.html>.

espetáculos públicos, armar ou queimar fogos de artifícios nas ruas, praças e avenidas desta cidade e subúrbios”¹⁴ e os responsáveis deveriam arcar com os danos causados às pessoas, propriedades e ao solo. Neste aspecto, notamos que o problema muitas vezes estava na exposição promovida nas ruas, à prostituição, por exemplo, “era vista como um mal necessário por satisfazer os impulsos eróticos dos homens, protegendo as virgens de família, o problema era ser praticado nas ruas afetando o pudor e a moral” (FERREIRA FILHO, 2003, p.82).

As noites festivas em Salvador ganhavam um caráter profano, havia a inversão dos papéis e os espaços públicos eram tomados por corpos considerados “degenerados” pela elite, presenciavam-se o encontro de vários mundos que habitavam a cidade durante o dia. Por este motivo, o código regulamentava algumas práticas que ocorriam durante os períodos festivos, como carnaval, festas juninas e religiosas, imersas a intenção de afastar das mesmas os elementos profanos. A postura 144, por exemplo, “proíbe o jogo de entrudo no carnaval, e expor a venda, ou fazer uso de bisnagas, espumas de cera, vulgarmente chamadas de laranjinhas, lança perfumes e outros objetos de igual espécie, usados nos festejos de Carnaval”¹⁵, sendo que oficialmente o entrudo foi proibido definitivamente pela polícia baiana desde 1873, por ser uma prática incompatível os ideais civilizatórios.

O entrudo foi substituído pelo “moderno carnaval” de rua soteropolitana em 1880, devido às elites entenderem o evento como mais ordeiro e familiar, comparado às promiscuidades praticadas pelos populares no entrudo. Desta forma, outros elementos acusados de serem utilizados de maneira abusiva passaram a ser proibidos como delimita na postura 149 “Fica terminantemente proibido o uso de fogos soltos, busca-pés, bombas de clorato e espadas no perímetro urbano”¹⁶ e a 145 que demarcava as restrições quanto ao uso de máscaras, pois era “proibido

¹⁴ Código de Posturas Municipais da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia (1921-1932), 27 de setembro de 1921, Título I, Capítulo XXI, p.25.

¹⁵ POSTURA 144, Título I, Capítulo XXI, p.25.

¹⁶ POSTURA149, Título I, Capítulo XXI, p.25v.

andar-se mascarado; salvo nos três dias de carnaval, da micarême, e em a noite de sábado de aleluia”¹⁷.

Os clichês presentes em “Retratos da Bahia” (1990) nas cenas carnavalescas denotam o imaginário erótico existente no carnaval baiano, a década de 1940 ficou intensamente marcada como a “Era das batucadas”, as manifestações de rua foram marcadas por pequenos blocos populares, momento em que os cortejos dos clubes elitistas encontravam-se em decadência. Em RB¹⁸ na fot. *Carnaval na Praça da Sé* (VERGER, 1990, nº 107), visualiza-se um dos atos simbólicos do espetáculo nas ruas, as comemorações de carnaval na Praça da Sé, corpos aglomerados, em meio à multidão em que personagens subvertiam o “tradicional” ao mostrarem ao público os seus mais íntimos desejos. No foco central, percebe-se o homem de face suja ao lado um corpo fantasiado de marinheiro, com nó na blusa e short, de fundo uma exibição dos mais variados chapéus. O jogo de máscaras em preto e branco rodeia todo o espaço fotografado, sujeitos em total anonimato. O “estranho” da foto é o anônimo à esquerda do carro incorporando o profano, o fúnebre.

As cenas carnavalescas do livro RB nos chama a atenção para o cenário de inversão e subversão dos papéis, dos quais o personagem “mascarado¹⁹”, fotografia realizada por Verger durante o carnaval soteropolitano, que não está incorporada em RB, atrai ao mostrar o travestir-se, o jogo de máscaras marcantes no imaginário libertino de homens e mulheres. O personagem travestido com vestido elegante, pernas à mostra, mão na cintura, o cigarro levado à boca, corpo inclinado na parede de um velho casarão como se estivesse a oferecer seus desejos libertinos ao lançar-se a sedução do observador. O espaço festivo é marcado pelos jogos eróticos e em ambas as fotografias citadas acima, a prática do travestimento, da máscara, a

¹⁷ POSTURA145, Título I, Capítulo XXI, p.25.

¹⁸ A partir daqui usaremos a abreviação RB para se referir ao livro fotográfico “Retratos da Bahia” (1990). O livro não contém numeração de páginas.

¹⁹A fotografia não tem título, nem legenda ou qualquer descrição, encontra-se na categoria carnaval no setor de fotos diversa da fototeca página do site da Fundação Pierre Verger e pode ser acessada em: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/467-divers.html>.

performance, ou seja, é a tática para quebra de tabus, em que corpos femininos e masculinos se misturam sem necessitar enquadramento.

As aparências que ligavam a feição da cidade ao rural, colonial é o ponto mais referenciado e contemplado pelas posturas. A estética urbana manteve-se alvo de preocupação, tudo remetido ao “atraso” deveria ser combatido, não é atoa que o primeiro título do código é voltado para a fiscalização da estrutura urbana. A Postura 14 proibia que houvesse plantação de capim em terrenos localizados na zona urbana, logo após, a 16 determina que “Não se podem construir cercas de madeiras ou arames em terrenos situados em ruas calçadas”²⁰, estabelecendo o prazo de sessenta dias, depois da execução do presente código, para a substituição por grades ou muros. No caso de inobservância das disposições, a municipalidade executava a obra cobrando 20% a mais do valor total além da pena de 30\$000 de multa.

Entre estas posturas seria possível citar várias outras que também tinham o intuito de combater os traços de insalubridade, a Postura 39 proibia a construção de habitações vulgarmente chamadas de cortiço, com pena de 30\$000 e a obrigação de desmanchar, a 73 determinava que nenhum proprietário poderia conservar edifício “desaprumado”, ou que ameaçasse cair. Segundo o código, ninguém deveria tirar ou colocar nada sem apresentar os planos para solicitar licença, ação confirmada na postura 21 que determinava “nenhuma construção, reconstrução, acréscimo ou conserto, no interior ou exterior de qualquer prédio poderia ser feito sem licença da Intendência Municipal”²¹ do mesmo modo a municipalidade estabelecia parâmetros que regulava os metros e alinhamento através das vistorias.

Os hábitos e costumes também foram motivos de preocupação dos códigos, como exemplo da Postura 90 “fica expresso e terminantemente proibido queimar madeira em fogueiras na área urbana”²², já a 298 proíbe a colocação de

²⁰ POSTURA 14, Título I, Capítulo III, p.3.

²¹ POSTURA 21, Título I, Capítulo VI, p.4v.

²² POSTURA 90, Título I, Capítulo XVII, p.17v.

plantas, gaiolas, vasos, latas que atrapalhem a estética e o embelezamento dos prédios, ficando as posturas 295 e 296 voltadas para a lavagem de roupas, proibidas de serem realizados nas fontes públicas e em casas sem quintais, assim como a 297 afirmava expressamente a proibição de se “pendurar roupa, colchões, tapetes e outros objetos, nas portas, janelas, varandas, terraços, muros, platibandas, telhados ou mais dependências, ou porta da respectiva habitação desde que essas dependências tenham a face para a via pública”²³, os infratores pagariam a Pena: 5\$000 a 10\$000 de multa. Na fot. *Panorama visto da Ordem Terceira do Carmo* (VERGER, 1990, nº 24) em RB, identifica-se as dificuldades no “fazer” com que os habitantes obedecessem às posturas, mesmo elas possuindo multas altas. Além das roupas penduradas na janela, os telhados e paredes da malha urbana encontram-se em estado de “deterioração”.

A circulação de animais na cidade era outro ponto fortemente presente nas posturas, já que Salvador na primeira década do século XX ainda dependia dos carregadores para transportar e a frota de automóveis era pequena. O intuito das posturas era tirar os animais do perímetro urbano, a Postura 239: “Os animais encontrados, nas ruas, praças e avenidas da cidade e que forem conduzidos ao depósito municipal, só dele sairão, mediante memorando do chefe da fiscalização”²⁴. Esta prática era bastante recorrente e em 1928 é acrescentada a postura 322 pelo o intendente Mário Peixoto, determinando a apreensão de animais na via pública e desta vez cobrando as despesas além da multa de 20\$00 a 60\$000 por animal apreendido.

Também se tornou proibido através da postura 241 “a lavagem de animais nas praias de banhos, antes de 9 horas manhã, bem como nos diques e fontes públicas, a qualquer hora”²⁵ e a 235 proibia “vender pelas ruas e praças da cidade, carneiros, cabras, porcos, cavalos, burros, perus ou outros quaisquer animais ou aves, sem haver pagado o imposto para esse fim”²⁶. Nem mesmo os animais de carga escapavam das regulamentações, segundo a postura 97. Contrapondo o combate às estas feições ditas

²³ POSTURA 297, Título II, Capítulo XXVII, p.51.

²⁴ POSTURA 239, Título II, Capítulo XIII, p.41.

²⁵ POSTURA 241, Título II, Capítulo XIII, p.41.

²⁶ POSTURA 235, Título II, Capítulo XIII, p.40.

provincianas encontra-se em RB, vários registros das cenas peculiares do cotidiano que o código pretendia abolir.

A fot. *Cenas de rua*²⁷ (VERGER, 1990, n° 246) têm um personagem, vestido tipicamente como um sertanejo, chapéu de couro, bolsa a tira colo, e em suas mãos vemos dois papagaios presos no pedaço de pau, o senhor parece estar a conversar com os outros dois “bem postos senhores” à frente dos quais só visualizamos a face de um. Os senhores de paletó, cigarro e pacote na mão mostraram-se desconfiados com o ato. A fot. *Praça Castro Alves* (VERGER, 1990, n° 27), em meio aos bondes e a frota de automóveis deparava-se com uma carroça de burro, estacionada da mesma forma que os carros. As fotografias citadas são bem expressivas quanto à existência de uma pureza cultural, nas imagens vergenianas a soberania estava em volta da arquitetura colonial, negra e mestiça. As cenas capturadas deixam transparecer um sentimento de desaparecimento, como se o passado para Verger estivesse em perigo, por isso, as fotografias revelam uma comparação entre o “velho” e “moderno”, com ênfase a fidelidade ao passado.

Diante das normas regulatórias que envolviam o cotidiano do espaço urbano, as atividades dos trabalhos ambulantes e demais profissões das casas de negócios de Salvador eram alvos de uma política pedagógica do trabalho inserida no desejo de desafricanização dos costumes e práticas exercidas. Inicialmente tentou-se controlar a quantidade de crianças e adolescentes presentes no trabalho informal, na postura 205 “Fica proibido, terminantemente aceitar-se em qualquer casa comercial, seja de que natureza for, como empregado, caixeiro ou agregado menor de 14 anos”²⁸. Contudo, era livre o trabalho noturno nas fábricas e usinas, cenas estas, percebidas em Jubiabá, na figura de Antônio Balduino, em que Jorge Amado apresentava como alternativas para carreiras das crianças e adolescentes das camadas populares, a malandragem, o desordeiro, o ladrão ou o trabalho nas fábricas.

²⁷ Fundação Pierre Verger: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/519-marche-agua-de-meninos.html>.

²⁸ POSTURA 205, Título II, Capítulo X, p.36.

Também é perceptível a tentativa de eliminar da rua este corpo que incomoda por seu suor, odores, roupas e a maneira como circulava. Devido às pretensões quase obsessivas dos médicos higienistas contra a comercialização de comidas, na sua maioria realizada por mulheres negras acompanhadas dos filhos, existia diversas posturas combatendo o comércio ambulante, a 165 “Fica terminantemente proibida à ocupação de passeios por vendedores, frutas, doces ou quaisquer outros gêneros, expostos ao comércio por vendedores ambulantes, e por condutores de mercadorias, ou outros quaisquer volumes na cabeça”²⁹, e, posteriormente a postura 270 reforçava expressivamente a proibição da “venda de doces em bandejas ou tabuleiros, podendo somente ser vendidas em caixas de folhas de flandres, ou em caixinhas em braçadas, também, proibida a iluminação das mesmas caixas com candeieiros de querosene cúpula”³⁰.

O discurso modernizador e higienista atacavam diariamente os temperos, corantes, farinhas, pimentas, azeites ligados à cultura africana, afirmando que estes faziam mal a saúde. Entretanto as posturas para regulamentar a circulação destes corpos, seus tabuleiros, balaio, bandejas insalubres, não davam conta de controlar estas atividades. A fot. *Preparo do Acarajé* (VERGER, 1990, nº 53), simboliza a continuação das práticas de vender comida na rua, Verger descreveu o acarajé como a mais típica das especialidades, capturando o momento artesanal do preparo, em que é ralado, moído, temperado até a fritura fervente no azeite de dendê. Na imagem ressalta-se a vendedora de acarajé, com largo chapéu, vestimenta branca, seus instrumentos de trabalho, o tabuleiro é segurado por uma fileira de blocos, latas, cestos, tacho da fritura, rodeada por mato e a espera dos olhares ansiosos de duas crianças. Outra cena peculiar pode ser observada na fot. denominada *As filhas de santo do Obaluayê em Água de Meninos*³¹ (VERGER, 1990, nº 139), apresentando a prática de

²⁹ POSTURA 165, Título I, Capítulo XXIV, p.28.

³⁰ POSTURA 270, Título II, Capítulo XXI, p.47.

³¹ Fundação Pierre Verger: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/519-marche-agua-de-meninos.html>.

venda de doces, iguarias, quitutes, pelas filhas de santo para o cumprimento de suas obrigações ritualísticas do candomblé. No ambiente fotografado temos a movimentação expressiva nos clichês de Verger, no centro as baianas trajadas de branco, enfeites e colares com os tabuleiros na cabeça coberto por renda. Aparentam alegremente intimidade com a outra baiana a sua frente, rodeada por crianças. Os corpos mostram sintonia no local, neste espaço “livre” da feira que realizavam suas “obrigações” no espaço de trabalho em que também havia diversão, conversa e um entrosamento entre corpos.

Quanto aos serviços prestados pelas outras profissões existentes na cidade se percebeu que os indivíduos na sua maioria eram das camadas populares, deste modo possuíam um capítulo específico intitulado: “Da matrícula, sua regularização e obrigatoriedade”, nele a postura 175 abrangia todo o setor. Havia uma seção para fiscalizar e cadastrar cada uma das profissões e para obter a matrícula era necessário pagar 5\$000 réis. Além da obrigatoriedade de se matricular, algo de merecida atenção é o fato dos gestores mapearem as profissões existentes no espaço urbano, não deixando passar nem as amas de leite³². Entretanto, não é porque as regras foram estabelecidas que isso significasse o seu cumprimento, pois em 1929 é reeditada a Postura 324 procurando obter os mesmos objetivos de regularização e obrigatoriedade das matrículas, o diferencial era apenas a presença de algumas restrições existentes nos artigos anexos. O art. 3º declarava “a matrícula só deveria ser concedida se o candidato não sofrer de moléstias contagiosas ou defeitos físicos”, o artigo sexto, “cassava a matrícula em casos de crimes”³³, o art. 7º obrigava o uso de calçados, blusas e boné.

A estética corporal e os alimentos correspondem a maior parte das aflições referente à higiene, a venda, qualidade e limpeza. O manuseio da carne gerava bastante inquietação, na postura 215 solicitava inspeções aos donos e empregados dos açougues, pois “era absolutamente proibido, às pessoas que sofriam de moléstias

³² POSTURA 175, Título I, Capítulo XXVII, p.30.

³³ POSTURA 234, Título II, Capítulo XIII, p.40v.

contagiosas ou repugnantes, venderem carnes”. Os cuidados com as roupas de hospitais, que deveriam ser lavadas apenas nos desaguadouros dos rios, tornaram-se proibido através da postura 229 “o enterramento de pessoas nas igrejas” e passou-se a determinar na 230 “nenhum cadáver poderá ser enterrado, se não em cova vaza, com sete palmos de profundidade, em carneiras”.

Deveria se evitar prejuízos à vida e a propriedade, esse era o discurso vigente no Código de Posturas. Ao debruçar-se sobre os valores das multas, juros e os dispositivos gerais, percebe-se que as regulamentações tinham como um dos objetivos angariar fundos para os cofres públicos, um exemplo é a gestão de Elísio Lisboa entre 1942 a 1945, a qual segundo Felipe Caldas arrecadou milhões tendo como foco a política urbana. O “fazer” das posturas como pode-se observar através das fotografias de Pierre Verger e nas reedições promovidas pelos gestores não se realizavam de maneira pacífica, e nem tão pouco se concretizaram totalmente, pois em algum momento estes personagens encontravam uma maneira de burlar as normas.

EPUCS: Intervenções em combate a “cidade errada”

Mediante a contra posição entre as leis impostas pelo poder público e a subversão dos usos da cidade por seus personagens, observa-se no decurso das posturas municipais que “embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas táticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar, não se definem por este” (CERTEAU, 1998, p.92). Seguindo este pensamento, conseguiu-se mapear os discursos estratégicos que pregavam o combate as “anomalias” presentes nos usos e costumes do espaço urbano da cidade do Salvador. Determinadas pretensões estiveram impregnadas nos projetos de modernização das “picaretas do progresso” de J. J Seabra, no “bota a baixo” de Durval Neves da Rocha, nos decretos e na política urbana de Elísio Lisboa, e, mesmo utilizando dispositivos diferentes, na Comissão do Plano da Cidade e no Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador.

Ana Fernandes³⁴ traçou sua análise inicialmente da história do planejamento urbano e do urbanismo modernos no Brasil a partir do reconhecimento da esfera pública enquanto campo legítimo de formulação do interesse público, do qual progrediu para uma conjuntura específica que é o campo do urbanismo/planejamento urbano na cidade de Salvador nos anos 40 do século XX. Deste modo, a autora em sua trajetória identificou que até 1930 as atividades de planejamento ocorriam ainda de forma setorial, onde o conjunto dos serviços urbanos era explorado de forma privada, citando a demolição da Catedral da Sé em 1933 como exemplo da fragilidade da esfera pública e da predominância do planejamento privatista.

Em meio à estagnação, decadência, os poderes municipais e estaduais de Salvador recorreram à adesão aos programas nacionais de “melhoramentos” das cidades, buscando reinserir-se no cenário econômico. É nesta conjuntura que se constituiu em 1934 a Comissão do Plano da Cidade, com o intuito de organizar o plano da cidade, perante a qual, o grupo afirmava não possuir agrupamento político, por serem apenas cidadãos imbuídos de ideias e do desejo de colaborar com os poderes públicos na busca por um espaço, belo e limpo. No intuito de concretizar as propostas urbanísticas, acreditava ser necessário “vender urbanismo ao público”, e, seguindo este pressuposto a Comissão realizou entre os dias 20 e 27 de outubro de 1935 a primeira Semana de Urbanismo do Brasil.

A eventual Semana estava inserida às pretensões de propagar o urbanismo, de convencer os cidadãos da necessidade de um plano, visto como alternativa para Salvador conquistar um novo lugar no cenário econômico brasileiro. De tal modo, “as conferências realizadas visou criar uma consciência urbanística, para que a população possa entender a necessidade de um plano geral para a expansão da cidade, com o objetivo de transformá-la numa cidade-modelo” (PINHEIRO, 2011, p.). Crítico ao que ocorreu na Semana, o memorialista e arquiteto Isaias Neto ao avaliá-

³⁴ FERNANDES, Ana. Faculdade de Arquitetura UFBA/CNPq. **O EPUCS E A CIDADE DO SALVADOR NOS ANOS 40: urbanismo e interesse público**. Apresentado: I Encontro Nacional da ANPARQ. Simpósio Temático: INSTITUIÇÕES DE URBANISMO NO BRASIL: IDEÁRIOS, PRÁTICAS E AGENTES, 2010.

la, denominou-a como uma reunião de pessoas portadoras de ideias originais, com o público seletivo e restrito. Ao realizar um levantamento em jornais e memórias familiares percebeu a indiferença, o desinteresse com que foi tratado o evento, mesmo os soteropolitanos em seu cotidiano deixando exposto os anseios por transformações.

Entretanto, nas palestras e conferências da Semana, algo que mais se apresentou foram “receitas” de como transformar essa cidade “errada” em uma cidade “certa”. Os participantes expuseram o plano como uma ferramenta terapêutica, no intuito de inibir a “anarquia”, as doenças letais até 1941, como a tuberculose, a malária e a sífilis, a insalubridade dos cortiços, das ruas e vielas, os montões de lixo acumulados nas ruas. Nas palavras do engenheiro Lourenço Costa “o homem é filho do ambiente em que vive”, e “um ambiente indesejável; embrutece e ofusca o espírito, que precisa para desenvolver-se de amplos e largos horizontes” (BATISTA, 2014, p.70).

Alguns “problemas” já detectados na cidade do Salvador, como a insalubridade, a higiene, a saúde pública, a circulação, repercutiram nas propostas dos grupos que realizaram a Semana, os quais idealizavam características da “cidade certa”:

“Cidade perfeita” ou “civilizada” é aquela que assumiu a direção inflexível do plano conjunto, segundo as técnicas da urbanística moderna. Ela é fruto do método e do raciocínio geometrizado dos engenheiros e harmoniosa e equilibrada pela ação da esteta e do “médico das cidades”. A “cidade certa” tem suas circulações desimpedidas e funções bem localizadas. Ela é de fácil controle policial e sanitário e oferece ambientes para a assistência e pedagogia popular tais como as vilas e cidades-jardins. (BATISTA, 2014, p.82.)

Nenhuma destas descrições poderia ser encontrada no momento na cidade do Salvador, traçada e desenvolvida completamente errada segundo os urbanistas, que tinham nos seus sonhos o desejo de realizar a “insânia de Nero”. Perante os pensamentos existentes no período e nos integrantes da comissão, “civilizada” ainda era um adjetivo a ser conquistado. Ressalta-se assim, o modo “ordenador” nas palavras proferidas pela comissão, em que deixa clara a obrigatoriedade do plano para poder obter a “cidade certa”, geometrizada, equilibrada, com ares harmoniosos, tudo isso promovido através do “médico das cidades”.

A expectativa esperada pelos organizadores se concentrou na perspectiva dos debates travados gerarem reflexões e discussões imediatas na cidade, mas notou-se que muitos pontos ficaram restritos aos palestrantes e ouvintes. Conforme Eloísa Pinheiro, a Semana marcou o momento em que pela primeira vez pensou-se num todo, ideia disseminada com Saturnino de Brito ao projetar o abastecimento de água e esgoto de Salvador. E, com a Semana de Urbanismo, percebeu-se a continuidade do pensamento, na qual se pretendeu “mudar a forma de pensar e de intervir na área urbana. Não mais se pode pensar num urbanismo tópico, pois é preciso considerar a cidade de uma forma global, como um organismo, com um plano para o futuro” (PINHEIRO, 2011, p.262).

As conclusões da Semana, segundo Ana Fernandes³⁵ deixou encaminhadas várias recomendações para serem realizadas na cidade do Salvador, entre as principais diretrizes estavam à realização do plano diretor, a criação de um departamento municipal de urbanismo e a instituição de uma “city manager”. Dessa forma, resolvido instaurar-se o processo de contratação para a realização do plano, o próximo passo seria a decisão entre as disputas geradas mediante os anseios dos poderes municipais e estaduais.

Diante do contexto político e ditatorial presente no Estado Novo a preferência do interventor sou mais alto e em 3 de novembro de 1942 Mário Leal Ferreira assinou o contrato de três anos com a prefeitura, entrando em vigência a partir de 1943. Assim organizava-se o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS) dando continuidade à comissão e seguindo as recomendações finais da Semana de Urbanismo, analisado anteriormente. Mário Leal baseava-se na ideia de ecologia humana e no conceito evolutivo da cidade, definindo como objetivo do plano, corrigir, ordenar e melhorar através de decretos e posturas municipais,

³⁵ FERNANDES, Ana. GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. **A Pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões**. In: Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas / Nino Padilha, organizador. – Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

pontuais em todo o conjunto da cidade com “precisão cirúrgica”.

O EPUCS mantinha “o progresso como objetivo, e, a monumentalidade como uma marca” (PINHEIRO, 2011, p.266), elementos estes, detectados no corpo estrutural e nas diretrizes do plano geral, caracterizado por expor uma prática dossiê, das quais gozava de funções bem delimitadas e doutrinárias como:

1) Trabalhos de investigação histórica e científica dos fatores responsáveis pela atual fisionomia da Cidade. 2) Interpretação do resultado desses estudos do ponto de vista da formação estrutural e funcional da Cidade do Salvador. 3) Composição de um corpo de doutrinas e princípios basilares sobre o qual possam assentar os projetos a serem desenvolvidos agora e no futuro. 4) Realização de projetos sugeridos pela investigação e acomodadas às suas conclusões, sobre restaurações e correções da estrutura atual da cidade e sobre o desdobramento e expansão de novos setores. (BATISTA, 2014, p.147)

De modo que mediados pelo o ideal de progresso existente nas suas funções acreditavam que só chegariam ao futuro de forma evolutiva mediante as realizações dos projetos e princípios doutrinários, através dos quais consertariam a estrutura urbana e social da cidade.

Nesta perspectiva, Mário Leal entre 1943-47 debruçou-se a pensar na política do “bem-estar”, já que a cidade era local para viver e se sentir bem, no entanto, seria necessário investigar os problemas sociais, dos quais a urbe deveria estar preparada estruturalmente para solucionar. Em 1944 técnicos do escritório foram encaminhados à pesquisa de campo, percorrendo, com a supervisão de Admar Guimarães, os bairros incivilizados, no intuito de identificar a localização e distribuição dos problemas que envolviam a situação de vida desta população, como a higiene, habitação, alimentação, saúde e renda. Os focos de insalubridade estavam presentes em quase todos os bairros soteropolitanos, inclusive nos mais tradicionais como a Barra e a Liberdade. E a partir da realização das investigações urbanas o EPUCS se lançaria a ação de correção dos erros identificados.

Por isso é importante compreender quais as experiências observadas pelos técnicos? O que presenciaram? Como tentaram corrigir os erros identificados? Nas

expressões do supervisor “assistiam a um triste espetáculo”, cenas de miséria presentes nos agrupamentos de casas e pessoas no pior “estado de conservação”. A presença de luz elétrica, banheiros, esgoto e água encanada eram praticamente inexistentes nas residências visitadas. Inicialmente para eliminar a densidade das aglomerações nestes distritos, principalmente nas áreas centrais, os “melhoramentos” foram realizados através das demolições de cortiços e edifícios com o propósito de estalar espaços recreativos e verdes.

Pensando em corrigir para desenvolver Mário Leal projetou uma cidade “perfeita”, as pretensões urbanísticas eram “majestosas”, e, conforme as análises dos textos, fotos, plantas existentes nos relatórios de campo o pesquisador Felipe Batista aponta o EPUCS como a manifestação mais acabada do sonho, dos desejos manifestados de uma elite dirigente por um tipo de “cidade civilizada”. No entanto, o que se refere à escrita, sim o plano traça os passos para a cidade perfeita, mas no cotidiano urbano, as estratégias urbanísticas do plano se realizaram? Será que esse discurso doutrinário sobre o corpo da cidade e dos habitantes foi concretizado? Para quem seria esta “cidade civilizada”?

Todos os aspectos expostos acima são inquietações a serem questionadas. Na contramão do discurso presente no EPUCS, Isaias Neto³⁶ afirma que a ideia de cidade como conjunto harmonioso, de iguais, não tinha mais lugar diante das heterogeneidades gritantes aos olhos dos gestores, e, embora se pense a cidade partindo de conceitos universais, seus critérios de análises são totalmente distintos. Assim, para o autor há uma falta de sintonia entre o projeto e a realidade cotidiana, pois existia uma relação conflituosa entre o espaço urbano apresentado e o que se desejava para ele.

Tais inquietações podem ser percebidas através da contraposição entre a

³⁶SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. **Memória urbana: poética para uma cidade**/ Isaias de Carvalho Santos Neto. Salvador: EDUFBA, 2012.

“cidade” dos discursos e intervenções no tecido urbano, exercidas pelo EPUCS e a “cidade” encenada por negros e mestiços “capturados” no álbum fotográfico “Retratos da Bahia” (1990) de Pierre Verger que datam de 1946 a 1952. Elas se cruzam, se contorcem num jogo sem fim. As séries fotográficas problematizam a vida urbana dos personagens soteropolitanos. Um dos pontos a ser eliminado na “cidade torta” seriam as feições e fisionomias ligadas aos traços provincianos ainda identificados após as intervenções do escritório.

A fotografia *Porto dos Saveiros* (VERGER, 1990, nº 174) ³⁷ faz parte da série intitulada na categoria Água de Meninos, formada por outras séries características por mostrar cenas da Feira de Água de Meninos, localizada ao longo do porto, da praia ao Mercado Modelo, antes do incêndio em 1964. Encontram-se cenas das mais variadas práticas existentes na feira livre, primeiramente vendia-se de tudo, artesanato, cerâmicas, carnes, verduras e legumes, farinha e todo tipo de tempero. Ponto de abastecimento, de encontro devido à presença de pessoas de vários lugares, citados por Verger como: Maragogipe, Itaparica, Cachoeira e São Felix que forneciam produtos à cidade. Vendedores, carregadores, as filhas de santo, as fotografias demonstravam a alegre confusão do cotidiano desta gente de estiva perambulando aos redores da feira. Na fot. *Porto dos Saveiros* (VERGER, 1990, nº 174) há o descarregamento de produtos, inclusive os alimentícios expostos no chão, nos balaios, ao sol, fato que não impedia à realização nesse mesmo espaço a comercialização entre os consumidores e negociantes. Além da aglomeração de olhares curiosos, nota-se a presença da informalidade nas atividades realizadas e a intimidade entre os corpos circulando o espaço urbano.

Outros reflexos do “atraso” soteropolitano contido no plano eram os problemas referentes à distribuição, drenagem e evacuação da água e do esgoto, algumas obras de saneamento dos vales chegaram a acontecer, mas o abastecimento

³⁷Fundação Pierre Verger: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/532-port-des-saveiros.html>.

de água continuava deficiente. Muitas zonas continuavam denominadas portas abertas para todo tipo contágio como indica as fotografias da série *Dique do Tororó* (VERGER, 1990, n° 190, 191, 192 e 193) formada por quatro clichês, nas quais se pode observar que os pontos descritos nos relatórios de campo dos técnicos do EPUCS em 1944, denunciando o uso insalubre e incivilizado daqueles que não tinham acesso à água encanada e utilizavam-na “para o banho levada em latas, ao banheiro ou às casas, alguns utilizam bacias e as lavadeiras e suas famílias usam para isso as mesmas bacias em que fazem a lavagem da roupa. Lavada na rua, a roupa é estendida em cordas ou no chão” (BATISTA, 2014, p.171), os “hábitos errados” permaneciam.

De fundo visualizava-se casebres as margens do lago, que estavam enquadrados nas estatísticas das habitações a luz de candeeiros, ruas de chão, ou seja, no “triste espetáculo” de se ver para os técnicos, mas pelo outro lado apreciados por Pierre Verger. Percebe-se que a mesma água carregada nas latrinas era usada para abastecer as casas, lavar roupas e de higiene pessoal, mas também para banhos e bebedouro dos animais. E a folhagem das margens transformava-se em estendedouros das lavadeiras, serviço imprescindível às mulheres das camadas populares.

O desejo de fixar e educar o corpo e espírito do ambulante seja vendedores, carregadores ou outros serviços informais, denunciava o incômodo em relação ao trânsito destes personagens no espaço urbano, uma “velha praga” que assolava a cidade. Moleques, pedintes, mendigos, ambulantes continuavam a circular nas ruas e praças afetando a estética e a ordem pública, nesse sentido, foram alvos dos discursos estratégicos das posturas municipais, da Polícia dos Costumes, do EPUCS, os quais tentavam exercer o poder sobre a cidade, ao procurar banir do espaço público as práticas não controladas dos negros pobres. O plano EPUCS na tese da habitação proletária tentou remediar os pobres “em ‘ilhas’ projetadas em pequenos platôs delimitados pelos vales” (BATISTA, 2014, p.173), esperava-se a evolução social destas massas, durante sua estadia nos bairros provisórios tornando-os corpos produtivos.

Contraponto os anseios de regulamentação do corpo ocioso, improdutivo, remediando por excessos, denominações estas utilizadas pelos órgãos públicos, localiza-se no álbum RB, séries como a *Rampa do Mercado - gente de estiva* e *Cenas de rua*³⁸ que ferem as pretensões urbanísticas de controle. A série *Rampa do Mercado – gente de estiva* (VERGER, 1990, nº 154 á 169) apresenta clichês de rostos, perfis de trabalhadores alegres, positivando-os, sejam eles, malandros irônicos, carregadores de cestos ou fardos, os quais segundo descrição de Verger eram “capazes de dar a seus chapéus de feltro um toque de elegância de fazer inveja a mais sofisticada das modistas parisienses” (VERGER, 1990, p.19).

Para Pierre Verger o espetáculo da Bahia estava nas ruas, nos anos 40 descreveu-a de ares calmos e agradáveis, presenciava o desfile de pessoas que levavam toda sorte de coisas sobre a cabeça, desde flores a caixões, não faltava também, gente dormindo em posições acrobáticas, em gestos de gozo do ócio, em curtos momentos de repouso mediante períodos longos de trabalho sobre o sol. De tal modo estas cenas remetia a fala de Verger quando afirmava que no mesmo momento que determinadas práticas se realizavam, enquanto esta gente de estiva consumia a cidade das mais variadas formas, “os manequins dos alfaiates, confinados em casa, passavam seu tempo olhando curiosamente pela janela” (VERGER, 1990, p.21), ou seja, os manequins era uma alusão ao estado de decadência da burguesia que almejava a todo custo a “desafricanização” das práticas e dos costumes presentes nas ruas e no cotidiano soteropolitano.

³⁸ Todas as fotografias destas duas séries citadas podem ser visualizadas no site da Fundação Pierre Verger. O acervo da cidade do Salvador é repleto de cenas cotidianas e os seus habitantes. A série denominada no livro *Retratos da Bahia* (1990) de *Rampa do Mercado - gente de estiva* é titulada no site de *Rostos*: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/552-types.html>. E a série *Cenas de Rua* é denominada no site de *Dorminhocos*: <http://www.pierreverger.org/br/acervo-foto/fototeca/category/497-dormeurs.html>.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Josélia. **O corpo das ruas: A fotografia de Pierre Verger na construção da Bahia iorubá.** USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2008.

BATAILLE, Georges - **O erotismo.** Ed. ilustrada. Lisboa: Antígona, 1988, 243p.

BATISTA, Felipe Caldas. **Em busca da “cidade civilizada”: planos de conjunto para a Bahia dos anos 30 e 40.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA: 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer.** Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRUMMOND, Washington L. **Pierre Verger: Retratos da Bahia e Centro Histórico de Salvador (1946 a 1952): uma cidade surrealista nos trópicos.** Tese de Doutorado, UFBA, 2009.

_____. **A escrita literária: heterologia, despesa e os dispositivos estatais.** Anais do XIII Congresso Internacional da ABRALIC Internacionalização do Regional 08 a 12 de julho de 2013, UEPB – Campina Grande, PB.

_____. **Sacrifício das formas: da estética ao sujeito.** Revista Ideação, n.º. 31, Jan./Jun. 2015.

FERNANDES, Ana. GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. **A Pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões.** In: Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas / Nino Padilha, organizador. – Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

FERNANDES, Ana. Faculdade de Arquitetura UFBA/CNPq. **O EPUCS E A CIDADE DO SALVADOR NOS ANOS 40: urbanismo e interesse público.** Apresentado: I Encontro Nacional da ANPARQ. Simpósio Temático: INSTITUIÇÕES DE URBANISMO NO BRASIL: IDEÁRIOS, PRÁTICAS E AGENTES, 2010.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940.** CEB 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Direito de morte e poder pela vida.** In; História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 125-149.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX.** Dissertação de Mestrado, orientação do prof. João José Reis, UFBA: Salvador, 1994.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos** (Paris, Rio e Salvador) / Eloísa Petti Pinheiro. 2 ed. Salvador : EDUFBA, 2011.366 p.

VERGER, Pierre. **Centro histórico de Salvador.** Salvador: Corrupio, 1989.

_____. **Retratos da Bahia 1946 á 1952.** Salvador: Corrupio, 1990.

SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. **Códigos de Posturas Municipais como Instrumentos Normativos da Produção de Novas Lógicas Territoriais: estudo de caso do Centro Histórico de Salvador.** Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura, n. 11, p. 273-289, 2010-1.

SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. **Memória urbana: poética para uma cidade/** Isaias de Carvalho Santos Neto. Salvador: EDUFBA, 2012.

SENNETT, Richard. **Corpo e Cidade.** In: Carne e pedra / Richard Sennett; tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.